

Banda Larga é um direito seu!

Uma ação pela internet barata, de qualidade e para todos

Banda Larga é direito de todas e todos, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica. O acesso à internet é essencial porque permite o mergulho na rede que integra diferentes modalidades de serviços e conteúdos, funcionando como um espaço de convergência de distintas perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas. Elemento central na sociedade da informação, a inclusão digital, entendida de forma ampla, é condição para a concretização de direitos fundamentais como a comunicação e a cultura e se coloca como passo necessário à efetiva inclusão social, já que ela é essencial para o desenvolvimento econômico do país. A internet incrementa a produtividade e gera riquezas, sendo fator de distribuição de renda e de redução de desigualdades regionais.

Nós, organizações da sociedade civil e ativistas envolvidos no debate da democratização da comunicação e da produção colaborativa da cultura, reconhecemos a relevância das metas e políticas presentes no Plano Nacional de Banda Larga, sendo imprescindível, contudo, avançar. Mais, é necessário que se faça uma vigília permanente para que as políticas de banda larga estejam pautadas no interesse público, o que já sofre reveses. Os rumos recentes tomados pelo governo reforçam o abandono da ideia de serviço público como concretizador de direitos e privilegia soluções sob uma lógica de mercado.

Com base no acúmulo conquistado nas Conferências Nacionais de Comunicação e Cultura, no Fórum de Cultura Digital e nas articulações relativas à constituição do Marco Civil da Internet e à reforma da Lei de Direitos Autorais, apresentamos as seguintes propostas guia e suas ações:

1. EFETIVA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DIGITAL

Rever a participação da sociedade civil no Fórum Brasil Conectado, ampliando a sua representação e democratizando seu processo de escolha;

Convocar, em conjunto com entidades da sociedade civil, um Fórum Participativo de Acompanhamento do Plano Nacional de Banda Larga, criando canais legítimos e públicos de consulta mútua que permitam a efetiva participação da sociedade nos processos decisórios do Plano;

Criar mecanismos públicos de consulta que contemplem a convergência de mídias e redes sociais buscando de todas as formas a tradução do debate para toda população.

2. PRESTAÇÃO DA BANDA LARGA SOB REGIME PÚBLICO

Reconhecer o caráter essencial da banda larga, definindo-o como serviço público, sujeito a metas de universalização, controle de tarifas garantindo seu baixo valor, obrigações de continuidade voltadas à sua prestação ininterrupta e garantia da prevalência do interesse público na utilização da infraestrutura necessária ao serviço;

Integrar ações das esferas Federal, Estadual e Municipal para universalização da Internet da banda larga, possibilitando o acesso de qualquer pessoa ou instituição ao serviço e otimização do uso da infraestrutura, inclusive por meio da reserva de espaço eletromagnético livre de licenças para aplicações comunitárias;

3. GESTÃO PÚBLICA DAS REDES PARA GARANTIR A IGUALDADE ENTRE PROVEDORES E O INGRESSO SUSTENTÁVEL DE NOVOS AGENTES

Implementar mecanismos de controle público da gestão das redes, garantindo o acesso não discriminatório e competitivo à infraestrutura;

Utilizar a Rede Nacional na geração de maior competição a partir da entrada de pequenos e médios provedores, bem como efetivar políticas de incentivo e financiamento possibilitando a sustentabilidade dos mesmos;

Democratizar as licenças para prestação do serviço de banda larga fixa (Serviço de Comunicação Multimídia) no âmbito do PNBL, permitindo que qualquer organização, inclusive as sem fins lucrativos, possa recebê-las;

Efetivar a prestação do serviço ao usuário final pela Telebrás;

Incentivar o uso de tecnologias diversificadas para distribuição da última milha (wi fi, wi max, eletricidade, redes mesh, incorporando novas tecnologias que surjam ao longo do tempo);

Regular a utilização do espectro livre, espaços inutilizados do espectro para evitar interferências na transmissão analógica de televisão, permitindo a sua utilização por cidadãos e comunidades;

Fortalecer instrumentos de regulação e fiscalização com independência em relação ao mercado, participação social e atuação rápida e eficaz, não só com relação à competição, mas também quanto à qualidade do serviço. Estes instrumentos devem atuar sobre todo o sistema, incluindo a Telebrás, grandes e pequenos provedores privados;

4. AMPLIAÇÃO DA DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS DE QUALIDADE DA BANDA LARGA

Delimitar as condições de prestação adequada do serviço por meio de critérios objetivos que visem à efetiva proteção do consumidor e a utilização das redes em toda a sua potencialidade;

Assegurar o atendimento adequado ao consumidor e a não abusividade na publicidade e nos contratos, com especial atenção ao cumprimento do dever de informação;

Garantir a paridade de banda para download e upload, imprescindível para o uso multimídia alternativo, fiscalizando o cumprimento das taxas de transmissão contratadas e disponibilizando meios tecnológicos para verificação deste cumprimento pelo próprio usuário;

Definir a proteção à privacidade e à liberdade de expressão e de acesso a conteúdos como parâmetros de qualidade do serviço, em consonância às previsões do Marco Civil da Internet e à discussão do anteprojeto de lei de proteção de dados;

Assegurar a neutralidade da rede, propiciando o acesso igualitário a serviços, aplicativos e informações a todas e todos ao impedir interferências discriminatórias das operadoras na velocidade de navegação;

Implantar no PNBL velocidades de download e upload compatíveis com os conteúdos e aplicações disponíveis na rede, que realmente possibilitem o cidadão ser um agente do processo de produção da cultura digital.

5. APOIO À CULTURA DIGITAL

Estimular a Cultura Digital, Software Livre, Transparência e Princípios da construção colaborativa de conteúdos (ex: wiki);

Promover o uso da rede para produção, compartilhamento e distribuição de conteúdos, por meio de políticas públicas para produção de conteúdos culturais, científicos e educacionais, bem como o apoio a licenciamentos livres e à reforma da Lei de Direito Autoral;

Definir políticas concretas de fomento e desenvolvimento da indústria de inovação cultural e aplicações web baseadas em conteúdos culturais;

Estimular entidades e iniciativas voltadas à Alfabetização Digital, incluindo escolas de todos os níveis, Lan Houses e Programas de Inclusão dos governos e sociedade civil, possibilitando a apropriação e qualificação do uso da rede;

Criar espaços de acesso público e comunitário gratuito inclusive através de redes abertas (WI FI);

Incentivar a integração de acessos comunitários de ações do governo (telecentros, pontos de Cultura, acessos abertos por redes sem fio municipais) com a sociedade civil,

englobando um conjunto de iniciativas públicas do Terceiro Setor na área de Cultura Digital e iniciativa privada.

As instituições envolvidas nessa iniciativa são:

ABCCom – Associação Brasileira de Canais Comunitários
ABJ – Associação Brasileira dos Jornalistas
ABRAÇO – Associação Nacional das Rádios Comunitárias
ABUSAR – Associação Brasileira dos Usuários de Acesso Rápido
ADECCON – Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor
AEPPSP – Associação dos Especialistas em Políticas Públicas do Estado de São Paulo
Agência Ah! Digital
AMARC Brasil – Associação Mundial de Rádios Comunitárias
AMARRIBO – Amigos Associados de Ribeirão Bonito
ANPG – Associação Nacional dos Pós-Graduandos
ANEATE – Associação Nacional das Entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão
APN's – SP – Agentes de Pastoral Negros do Brasil
ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil
Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras
ARTIGO 19
Associação Cultural Alquimídia
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Saibadela – Sete Barras (SP)
Associação de Imprensa Campista
Associação de Mulheres da Zona Leste
Blog <http://kdabandalarga.blogspot.com>
Boletim Fronteira da Paz
CADESC – Comunidade Ativa no Desenvolvimento Sócio-Cultural Educacional de Cidade Tiradentes
Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania
Casa da Cultura Digital
CBC – Congresso Brasileiro de Cinema
CDI Campinas – Comitê para Democratização da Informática
CEDECA Interlagos – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – SP
CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé
Cidadania e Saúde
Cidadela – Arte, Cultura e Cidadania
Cineclubes Beco do Rato
Cineclubes Cinema nos Bairros
Cineclubes Cultura Jorge Comassetto
Cineclubes Floresta
Cineclubes Natal
Ciranda Independente de Comunicação Compartilhada
Clube de Engenharia do Rio de Janeiro
CNC – Conselho Nacional de Cineclubes Brasileiros
COJIRA – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (DF, RJ, BA, AL, PB e SP)
Coletivo Digital
Comissão de Ciência e Tecnologia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo
Conen – Coordenação Nacional de Entidades Negras
Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUFA – Central Única das Favelas – Itapuã/BA
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
FICC – Federação Internacional de Cineclubes
FITERT – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão
Fittel – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações
FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FNECDC – Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa dos Consumidor
Fórum CONEN-BA
Geledés – Instituto da Mulher Negra
Gpopai – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação
Grupo Nós
Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social
Instituto Alana
Instituto Bem Estar Brasil
Instituto D’ Brasil
Instituto de Estudos Sócio-Políticos
Instituto Elo Infinito
Instituto Imersão Latina
Instituto NUPEF – Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação
Instituto Patrícia Galvão
Instituto Telecom
IPJ – Instituto Paulista de Juventude
Laboratório Brasileiro de Cultura Digital
LBL – Liga Brasileira de Lésbicas
Movimento Software Livre Guarulhos
MPB – Movimento Música pra Baixar
MNU – Movimento Negro Unificado
Movimento Social Popular Partido da Cultura
Núcleo de Jornalistas Afrodescendentes (RS)
Observatório Cineclubista Brasileiro
Observatório de Controle do Setor Público de Campos
Observatório da Mulher
ONGNET BRASIL
Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo
Outras Palavras (www.outraspalavras.net)
Ponto de Cultura Caiçaras
Ponto de Cultura Escola Livre de Comunicação Compartilhada
Projeto Pescadores Online – UFPB
PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor
Rádio Atabaques – <http://www.radioatabaques.com.br>
Rede Estadual de Inclusão Digital do Mato Grosso do Sul – REID MS
SEESP – Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo
Seleção Paulista
Sinagências – Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação
Sindicato dos Bancários da Bahia
Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região
Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Informática e Tecnologia da Informação do Estado do Amapá

SinTPq – Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Campinas e Região
SINTTEL- Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Piauí
Sociedade Ecológica
SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia
Teia Casa de Criação
TVLAN (tvlan.com.br)
UBM – União Brasileira de Mulheres
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense
UNE – União Nacional Dos Estudantes